

Comitê acha que a eleição limitada é injustiça com DF

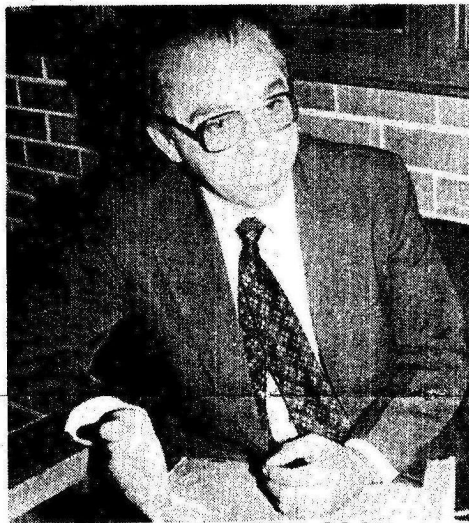
A garantia de oito deputados federais para Brasília, excluindo a representação no Senado e a criação de uma Câmara de Vereadores, proposta do senador Aderbal Jurema, é vista como uma aberração jurídica pelo Comitê Político Pró-Brasília, um grupo de cem filiados do PMDB, criado recentemente, que tem como objetivo maior a luta por uma ampla representação política para o DF.

Segundo o coordenador do comitê, o advogado Osmar Alves de Melo, um dos 133 fundadores do partido de oposição, pela proposta do relator da Comissão Mista que estuda a emenda do Governo Federal, o Distrito Federal é nivelado à condição dos territórios, o que não é justo já que a Capital Federal é uma unidade política permanente enquanto as últimas são unidades à caminho de se tornarem Estados.

Osmar Alves lembra que, em todas as Constituições, a Capital Federal sempre foi tratada no mesmo nível que os Estados da Federação e, por «casuísmos», o DF deixou de ter representação apenas entre 1937 e 1945, no período do Estado Novo, e de 1967 aos dias atuais, período que ele chama de «Estado novíssimo».

O objetivo do Comitê Político Pró-Brasília, segundo seu coordenador, é levar a luta pela ampla representação política de Brasília até o fim, mesmo que passe apenas a proposta de oito deputados federais.

O advogado admite que seu grupo lançará candidatos a deputados federais, porém afirma que, por enquanto, não há indicação de nomes. O comitê também tem como meta ampliar a fi-



O advogado Alves Melo

liação do PMDB em Brasília para quatro mil ainda este ano. Além da luta pela representação política, o grupo também está engajado na luta pelas eleições diretas para presidente da República, e Osmar Alves diz que não há nenhuma posição formal em relação ao candidato único das oposições porque entende que essa é uma discussão a ser feita quando as diretas, já foram definitivamente descartadas pelo Congresso.